

Os movimentos sociais rurais “alternativos” em Moçambique e suas estratégias de mudança

Luca Bussotti

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE

ABSTRACT

Over the last decade rural conflicts in Mozambique suffered an acceleration, due to large land investments by foreign subjects, especially in the central and northern parts of the country. Through a qualitative approach, this research aims firstly to typify, and then to interpret, the dynamics of interconnectedness of the Mozambican social “alternative” movements in relation to the neoliberal model as well as their strategies of change. The picture highlights grassroots organisations and movements with anticapitalist features, building transnational networks of a non-institutional cooperation.

Keywords: Foreign Investments; Local Institutions; Resistance; Anti-capitalism; Neo-Liberalism

Ao longo da última década, os conflitos rurais em Moçambique sofreram uma aceleração, em consequência de grandes investimentos fundiários por parte de sujeitos estrangeiros, principalmente no Centro e Norte do país. Mediante uma abordagem qualitativa, este trabalho visa primeiro tipificar, depois interpretar as dinâmicas de interligação dos movimentos sociais moçambicanos “alternativos” ao modelo neo-liberal e suas estratégias de mudança. O quadro que emerge evidencia a emergência de organizações e movimentos rurais de base com conotações anticapitalistas, construindo redes transnacionais de cooperação não-institucional.

Palabras-chave: Investimentos estrangeiros; Instituições Locais; Resistência; Anticapitalismo; Neoliberalismo

Introdução

Esta pesquisa tem como seu objetivo analisar os modelos “alternativos” de representatividade da sociedade civil em Moçambique, com enfoque especial para o âmbito rural. A problemática que esteve na base da investigação foi alicerçada na observação de que extensões cada vez maiores de terra estão sendo alvo de um crescente interesse por parte de investidores estrangeiros, sem que as comunidades locais tragam de tais processos grandes benefícios. O constituir-se de grupos de “resistência” no meio rural contra uma tal tendência, que geralmente desagua em esquemas de usurpação da terra, representa um elemento relativamente novo no Moçambique contemporâneo, como demonstra, em primeiro lugar, a experiência do programa ProSavana. Em razão disso, decidiu-se procurar perceber características, dinâmicas, objetivos e estratégias de mudança destes movimentos “alternativos”, com um olhar atento à a postura das instituições locais (Catsossa 2017).

O estudo foi realizado mediante uma abordagem qualitativa e indutiva. As técnicas para a recolha das informações foram, além da revisão da literatura especializada, entrevistas de tipo semiestruturado junto a informantes-chave, comentários presentes na esfera pública, particularmente jornais, sobre os assuntos abordados e a análise de casos específicos relacionados com a questão da terra e dos seus conflitos. O enfoque se concentrou na análise de algumas organizações da sociedade civil selecionadas, formais e informais, que conseguiram alcançar mudanças assinaláveis através das suas lutas. O papel dos informantes-chave foi fundamental, uma vez que eles e elas ofereceram um ponto de vista interno às frentes de luta analisadas, sendo, na sua larga maioria, expoentes dos movimentos “alternativos” aqui considerados. O cruzamento das supramencionadas fontes permitiu identificar casos paradigmáticos mediante os quais foi avançada uma primeira proposta de tipificação dos movimentos sociais encontrados (parte estática), extrapolando a seguir as relações entre eles (parte dinâmica), e acabando por refletir sobre as estratégias de mudança adotadas e as razões do seu sucesso.

A pesquisa empírica foi realizada entre 2017 e 2018, e os dados relativos aos eventos objeto desta pesquisa foram posteriormente atualizados, sobretudo no que diz respeito ao programa ProSavana, na altura da investigação ainda em devir, mas que foi fechado em 2020 graças justamente às lutas da frente de organizações rurais contrária a tal projeto.

Por uma definição de movimentos sociais “alternativos” em Moçambique

Este ponto visa esclarecer a definição operacional de movimentos sociais “alternativos” usada ao longo do texto e no específico contexto moçambicano.

No geral, os movimentos sociais são considerados de “alternativos” na medida “em que os participantes criam o seu próprio espaço social e vivem diferentemente, desafiando as principais instituições sociais” (Collom 2007). Na nova fase do capitalismo conhecida como “neo-liberal” (aproximadamente a partir da queda do Muro de Berlim, portanto dos anos Noventa para frente), novos movimentos sociais alternativos têm emergido. Entre eles, o movimento zapatista no México (1994), que propunha um paradigma alternativo ao do WTO (World Trade Organization) (Chomsky 1999). Ligados a esta visão, os movimentos alternativos têm pautado para “altos níveis de liberdade e autonomia” (Masquelier 2013, 402). Tais movimentos têm colocado a pessoa e os interesses das comunidades como centro propulsor de uma nova globalização (Della Porta, 2009).

A questão mais problemática enfrentada ao longo desta pesquisa foi como interpretar e “classificar” os movimentos sociais africanos “alternativos” no meio rural, ainda mais numa realidade periférica mesmo a nível continental como Moçambique.

Segundo a literatura especializada, a grande parte dos movimentos sociais do continente africano, de tipo comunitário ou associativo, foi marginalizada ou até penalizada por parte do Estado, com espaços de manobra limitados e controlados (Mamdani & Wamba-Dia-Wamba 1995; Mutzenberg 2015; Bussotti & Mutzenberg 2016). Como foi notado, “o Estado africano, no sentido lato, procurou dominar a sociedade civil e não servir a ela” (UNESCO 2009, 13).

Foi apenas depois do falhanço das políticas económicas dos Estados africanos, entre os finais dos anos Oitenta e o início dos anos Noventa, que segmentos significativos da sociedade civil africana emergiram, a partir do âmbito económico e da dita economia “informal” (Bratter 1994). Daqui, iniciou-se um processo de amadurecimento de outras partes da sociedade civil africana. Novos programas de desenvolvimento, sob a égide dos países da OECD e do G8, desaguaram na New Partnership for African Development (NEPAD), aprovada em 2001. A “cooperação forçada” que esta aliança promoveu fez com que os Estados africanos aceitassem momentos e metodologias de envolvimento da sociedade civil moldados num modelo europeu preconcebido e exógeno (UNESCO 2009).

Assim, grande parte das OSC sofreu um acelerado processo de institucionalização, comprovado pelo fato de a maioria delas dedicarem-se à atividade de prestação de serviços, sobretudo nas áreas da educação, saúde, meio

ambiente, empoderamento das mulheres, entre outros, reduzindo seu potencial “transformador” (Devarajan, Khemani & Walton 2011). O modelo de organizações da sociedade civil africana, portanto, se desdobrou em associações filo-governamentais versus associações dependentes, quer financeiramente, quer quanto ao conteúdo da sua atividade, dos doadores internacionais. A conclusão foi de que foram muito raras as organizações com uma agenda própria e pautando pela mudança social e econômica, circunstância que se verificou também em Moçambique.

Diante deste contexto, as características identificadas como prioritárias para definir os “movimentos sociais alternativos” no contexto moçambicano foram as seguintes: ter uma agenda própria, pautar pela mudança das relações socioeconômicas, locais assim como nacionais e internacionais, ter conseguido resultados palpáveis como consequência de tal agenda, assumindo a “injustiça espacial” como elemento central da sua ação (Pereira & Ramalheite 2017). Como recordado acima, o elemento da liberdade e autonomia em relação às políticas governamentais representou também um aspeto decisivo para definir os movimentos sociais “alternativos” em Moçambique, por duas razões: em primeiro lugar, devido ao fato de as políticas governamentais estarem alinhadas com os interesses das grandes empresas estrangeiras investidoras no meio rural moçambicano; em segundo lugar, porque uma boa parte das associações nacionais – sindicatos em primeira instância - estão ligadas ao partido no poder (FRELIMO), não apresentando nenhuma agenda própria de mudança, ao passo que outras organizações são fomentadas por doadores internacionais, que impõem agendas externas, a que tais entidades se adequam, sem, mais uma vez, mostrar objetivos autonomamente delineados.

Neste contexto de desenvolvimento de tipo top-down, em que “o reforço do papel ‘político’ deste grupo social [das OSC] é uma preocupação vinda sobretudo do exterior, especialmente dos doadores” (Homerin 2005, 27-28), as associações perdem de protagonismo, renunciando a uma sua agenda própria. Moçambique é um dos países africanos em que – nos últimos anos - a deterioração a respeito da forma de atuação das OSC foi mais acelerada, apesar da evolução que a sociedade civil local tem registado desde a adoção do modelo democrático e multipartidário de Estado, com a Constituição de 1990. Se é verdade que o ambiente legal em que as OSC atuam piorou em 14 países africanos, em cinco (inclusivamente Moçambique) a deterioração foi mais significativa (USAID 2016). Entretanto, novas forças emergiram, principalmente no meio rural, em correspondência do renovado interesse para com a terra de novos investidores estrangeiros.

Os movimentos sociais “alternativos” em Moçambique no meio rural

A base dos protestos sociais moçambicanos mais recentes deve ser encontrada nos finais da década passada, essencialmente quando, em 2008 e 2010, duas manifestações de grande vulto rebentaram na cidade de Maputo e na cidade da Matola (Bussotti 2010; Hernández 2014). As suas consequências foram consideráveis, em termos políticos (Serra 2011; Brito et alii 2015).

Tais manifestações nunca mais se repetiram, devido ao fato de o Estado moçambicano ter conseguido controlar, com vários meios, o contexto urbano, principalmente o da capital Maputo. Devido a isso, em associação com os grandes investimentos na terra levados a cabo a partir da década de 2010, o centro das resistências aos processos de globalização neoliberal mudou rapidamente da cidade para o campo, concentrando-se no Centro e no Norte do país.

Das várias frentes de resistência desenvolvidas em Moçambique ao longo dos últimos anos, foram aqui escolhidos alguns dos mais significativos, e que trouxeram mudanças também relevantes: acima de tudo, o movimento que surgiu como resistência ao Pro-Savana, o “Não ao Pro-Savana”. Este é aqui considerado como um ponto de viragem dos movimentos sociais “alternativos” moçambicanos, quer devido à sua qualidade em termos de organização da resistência, quer pelo fato de ter conseguido o máximo resultado possível, o encerramento do programa por parte do governo e dos seus dois parceiros internacionais, a JICA (Cooperação japonesa) e a ABC (Cooperação brasileira). O “Não ao ProSavana” se insere no seio da crise alimentar de 2007-2008, que determinou uma verdadeira “corrida para a terra” por parte dos grandes investidores estrangeiros no continente africano (USA 2008). Dados estatísticos falam que Moçambique tornou-se o quinto país no mundo em termos de concessão de terra entregue a investidores estrangeiros, com 99 projetos concluídos (Wise 2015).

As organizações aqui analisadas, com as suas estratégias de mudança, foram as seguintes:

1. ADECRU (Ação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais), uma das protagonistas da campanha “Não ao ProSavana” e da frente de luta contra as plantações de eucaliptos no Centro e Norte do país;
2. Organizações de base da Província de Manica que estão conseguindo impor uma desaceleração e uma mudança de atitude aos investidores estrangeiros que estão implementando plantações de eucaliptos no Centro de Moçambique, nomeadamente a Portucel (Hanlon 2011);
3. O Fórum das Mulheres Rurais, que participou ativamente quer nas lutas contra a transformação de pequenos cultivos numa monocultura de açúcar na região da Manhica (Província de Maputo), imposta pela

Maragra (Bambo, 2011), quer na campanha do “Não ao ProSavana”, com resultados diferentes.

4. Os oleiros de Tete, que lutaram contra as indenizações propostas pela empresa brasileira Vale, julgadas demasiado baixas, e que em parte foram alteradas, em consequências das manifestações que protagonizaram;
5. A Comissão de Justiça e Paz de Nampula, que tem apoiado na luta contra a usurpação da terra no Norte do país, embora sempre ficando em posição de retaguarda relativamente à campanha do “Não ao ProSavana”.

Como se verá mais a frente, o tipo de mudança procurado por parte dessas organizações foi diverso, em certos casos convergente, em outras circunstâncias totalmente desligado de frentes mais amplas de luta; de qualquer maneira, todas estas organizações tiveram uma agenda própria, independente quer dos doadores internacionais, quer do governo, que desenvolveram até chegarem àquelas mudanças identificadas como prioritárias por cada uma delas. Com base nos casos aqui apresentados se propõe, no fim de cada exemplo, uma primeira tipificação que servirá para, no ponto a seguir, procurar entender como é que se desenrolam as dinâmicas relacionais que levaram à mudança protagonizada por uma certa organização “alternativa”.

Casos de movimentos e organizações “resistentes” e suas estratégias de mudança

São aqui apresentados exemplos de movimentos, associações, organizações que, como explicado no ponto anterior, levaram a cabo lutas de forma autónoma, conseguindo resultados significativo, que desaguarão nalguma mudança de atitude por parte dos investidores.

ADECRU

A ADECRU representa, hoje, provavelmente a associação com o trabalho mais coerente sob o ponto de vista ideológico (no sentido anticapitalista) assim como de atuação prática junto às comunidades rurais, com intervenção em contextos de grande conflitualidade social, tais como o das plantações de eucaliptos em Manica e Zambézia, tendo sido uma das animadoras da campanha do “Não ao ProSavana”, inicialmente promovida pela UNAC (União Nacional dos Camponeses). Constituída em 2008 por um grupo de estudantes finalistas ou recém-graduados de vários cursos universitários moçambicanos, de extração católica e provenientes na sua maioria da província de Sofala (distritos de Búzi, Chibabava e Machanga), sempre teve uma organização de tipo horizontal, privilegiando o trabalho comunitário, juntando pesquisa com advocacia.

Suas bases teóricas – segundo explicado por Jeremias Vunjanhe¹ – são constituídas pelo livro de Severino Ngoenha, *Das Liberdades às Independências*, e pela teoria agrária de Lenine. A ADECRU defende que as comunidades rurais devem ser protagonistas do seu destino e, portanto, do seu presente e do seu futuro. A sua missão visa contribuir a constituir um “poder popular”, em que são as comunidades que, conscientemente, decidem sobre o que deverá ser feito nas suas terras. Uma tal visão se reflete na estrutura organizativa, a partir do estatuto. De acordo com este, a ADECRU (art. 5) pretende “impulsionar os focos da consciência cidadã para o engajamento democrático e inserção produtiva de diversos actores na construção de uma agenda comunitária soberana, justa e solidária de desenvolvimento das comunidades rurais”, com base no respeito “dos direitos humanos e liberdades fundamentais e igualdade de género das comunidades rurais, lutando por justiça social, económica e ambiental e contra todas as formas de injustiça e desigualdade, sobretudo no seio das camadas excluídas”. A ADECRU não tem um presidente nem um diretor geral, uma vez que a ideia básica é que seja o dito “colegiado” (ou seja, o Conselho de Coordenação) a orientar, planificar e coordenar e levar a cabo as ações julgadas mais convenientes.

A ADECRU é uma das organizações com maior capacidade de mobilização e engajamento social em Moçambique. Hoje ela conta com 32 grupos de base espalhados pelo país num total de 1500 militantes, com que a colaboração é constante. A maneira como influenciar as instituições na mudança de atitude, partilhando as preocupações das comunidades, ocorre segundo modalidades diferenciadas: por exemplo, um impacto considerável foi exercido pelo documentário “Um Hectare, Uma Chapa de Zinco”, em que a ADECRU mostra as injustiças, irregularidades e violações à lei da terra e outros instrumentos legais nacionais e internacionais perpetradas por parte de várias empresas com projetos de vulto na área da agricultura e silvicultura em Moçambique (no caso específico a Portucel com as suas plantações de eucaliptos).

A abordagem da ADECRU para com as comunidades, assim como as suas estratégias de mudança - segundo explicaram os entrevistados² - decorre mediante uma visão de longo prazo, que inicia com uma aproximação e presença frequente de cerca de seis meses trabalhando junto com os grupos locais de base, informando-os e formando-os e partilhando com eles os objetivos da intervenção e da luta. Ao longo deste período são feitos diagnósticos, análises e estudos da

¹ Fundador e Coordenador da ADECRU, foi entrevistado em Maputo nos escritórios da ADECRU, em três encontros ao longo do ano de 2018.

² Além da entrevista com Jeremias Vunjanhe foi feito um grupo de focalização com vários funcionários da ADECRU, inclusive o oficial da comunicação, de forma a ter um ponto de vista mais coletivo da forma de organização e trabalho desta associação.

realidade que depois de concluídos são devolvidos às comunidades para que estas se apropriem dos resultados com vista à formação da consciência e a transformação social. Geralmente, a comunidade se desperta com tais diagnósticos e estudos, uma vez que eles estão baseados na narração da fala das comunidades, pelo que ela faz parte do trabalho de pesquisa, não sendo considerada como mero objeto. Os encontros que a ADECRU organiza com as comunidades espelham a filosofia da associação: espírito de pertença comunitária, o protagonismo das comunidades, privilegiando a realização de oficinas locais, sem o pagamento do perdiem. A ADECRU contribui para o sustento da comunidade em que está trabalhando através de sua participação na aquisição de produtos locais, tais como farinha, trigo ou outros.

A um trabalho profundo e sempre de longo alcance junto às comunidades de base, a ADECRU estabelece, como fortalecimento da sua estratégia de intervenção e mudança, alianças com outras organizações de matriz anticapitalista, atuantes principalmente no meio rural, tais como Justiça Ambiental, escolas familiares rurais, UNAC e algumas Uniões Provinciais e Distritais de Camponeses, associações locais, a Livangingo, o Fórum Mulher e o Fórum das Mulheres Rurais; parceiros mais institucionais são a Comissão Episcopal de Justiça e Paz, incluindo Comissões Diocesanas de Justiça e Paz de Nampula, Nacala, Beira e Tete, a Associação de Apoio Jurídico às Comunidades, a Plataforma da Sociedade Civil de Chimoio. Foi com tais sujeitos que a ADECRU lançou a campanha “Não ao Pro-Savana”, que representou, sobretudo pela jovem ADECRU, o momento politicamente formativo mais importante, como releva Vunjahne. Isso permitiu expandir as alianças internacionais, entre os quais o movimento Pan-Africanism Today e a Kwamen Nkrumah School, da África do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, a Escola Nacional Florestan Fernandes, o Movimento de Pequenos Agricultores-MPA, a Comissão Pastoral da Terra-CPT e a FASE; o African Centre for Biodiversity-ACB e o Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies-PLAAS da África do Sul, o Environmental Paper Network-EPN, a Ajuda Popular da Noruega, a Fundação Siemenpuu da Filandia, Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul e Justiça Global do Brasil. Para efeitos da luta contra o ProSavana foi decisiva a ligação que foi estabelecida com o Japan International Volunteer Center (JVC), que conseguiu envolver deputados japoneses para pressionar o governo daquele país asiático no sentido de interromper o fluxo financeiro que devia alimentar o maior programa de desenvolvimento rural em Moçambique.

A ADECRU acabou representando, sobretudo nos últimos anos, uma referência incontornável para movimentos sociais alternativos “em transição”, contribuindo à sua formação, informação e criação de redes comunitárias,

elementos essenciais para a plena consciencialização das resistências estruturais e da defesa da terra.

Hoje, a ADECRU faz parte dos movimentos sociais “maduros”, com estratégias de mudanças “estruturais”, bem inseridas no âmbito das lutas contra as políticas neoliberais de tipo agrícola a nível internacional e com elevada capacidade de costurar exigências locais com perspectivas globais. Esta organização pode ser considerada como exemplo paradigmático de “resistentes estruturais globais”, uma tipificação de que fazem parte as organizações que lideram as lutas rurais em Moçambique, tais como UNAC, ORAM, Justiça Ambiental e poucas outras.

Fórum das Mulheres Rurais

O Fórum das Mulheres Rurais, consoante a entrevista feita em Manhiça com uma das quatro coordenadoras nacionais, Rebeca Mabui,³ surgiu oficialmente em 2008, embora, até hoje, não tenha registo formal.

Não havendo um estatuto aprovado, o Fórum funciona com uma presidente (cargo atualmente vacante), uma vice-presidente, um secretariado e a assembleia. O Fórum das Mulheres Rurais tem uma visão embasada na justiça social, no anticapitalismo e nos direitos da mulher camponesa. Seu objetivo fundamental é dar voz à mulher rural, sendo ela a última a tirar proveito do seu próprio trabalho. Entre as suas atividades principais, o Fórum estimula a mulher rural na participação ativa nos processos decisórios sobre questões relacionadas com a terra, sua posse e seu uso.

O Fórum tem pontos focais espalhados para todo o país, atuando como uma rede capilar. O meio de comunicação quase que exclusivo é o telemóvel, ao passo que meios mais modernos, tais como redes sociais e outros instrumentos informáticos, por enquanto não estão sendo usados. Existe uma colaboração com o Forcom (Fórum das Rádios Comunitárias), que ajuda a divulgar as campanhas do Fórum das Mulheres Rurais, e de vez em quando alguma delas aparece nos meios tradicionais (rádio, TV) para dar opiniões ou abordar um assunto urgente. O Fórum tem apoio logístico e em termos de formação do Fórum Mulher, sediado em Maputo.

Apesar das suas dificuldades, o Fórum tem conseguido mobilizar muita gente a volta da defesa dos direitos das mulheres rurais, embora as suas estratégias de mudança tenham surtido resultados diferentes, de acordo com as circunstâncias das lutas. Por exemplo, no Sul do país (vila da Manhiça), a

³ Rebeca Mabui foi uma das quatro fundadoras do Fórum das Mulheres Rurais; depois da morte da coordenadora, ela ficou como coordenadora pro-tempore. A entrevista foi realizada em Setembro de 2018 na casa dela, na cidade da Manhiça, Província de Maputo.

transformação das culturas de milho e hortícolas em uma monocultura de cana-de-açúcar, para alimentar as duas fábricas de processamento presentes nos arredores da vila da Manhiça (Província de Maputo), foi objeto de uma prolongada ação de resistência por parte do Fórum, embora sem conseguir os resultados esperados. A própria Rebeca Mabui recorda do trabalho árduo feito em prol da defesa das comunidades rurais abrangidas pela intervenção da Maragra: por exemplo, o Fórum denunciou que a informação sobre o impacto do cultivo de cana de açúcar não chegou completa, pois os panfletos estavam escritos em língua inglesa, dificultando a compreensão junto aos camponeses e sobretudo camponesas, em larga maioria analfabetas. Como forma de protesto extremo, o Fórum ocupou a Estrada Nacional número 1 (EN1). Quando a Força de Intervenção Rápida da polícia (FIR) interveio, muita gente levou “chambocadas” (incluindo a Rebeca), e vários manifestantes foram até levados ao hospital. A cena repetiu-se em 2017, quando, em Agosto, os manifestantes se queixaram da disparidade salarial entre os que trabalham diretamente pela açucareira e os que apenas fornecem a matéria-prima (7000 meticais/mês contra cerca de 3000).⁴ Tal estratégia de mudança representou um enorme esforço para testemunhar as profundas injustiças da intervenção da Maragra, entretanto sem levar ao sucesso, devido ao isolamento e à reação da polícia moçambicana, que reprimiu as manifestações de forma violenta. Isso é típico do Sul do país, pois ali o partido no poder é mais forte e as instituições formais mais presentes, incluindo mediante mecanismos de repressão. Pelo contrário, no Norte, o Fórum se juntou a uma frente muito mais ampla para lutar contra o programa Pro-Savana. Juntamente com outras associações, o Fórum denunciou o programa junto ao Tribunal Permanente dos Povos de Joanesburgo em 2017, enfatizando em especial a violação do direito à terra da mulher camponesa.

O Fórum das Mulheres Rurais está numa fase de expansão da sua influência junto às comunidades rurais, e a sua formação também continua em devir. O seu processo de amadurecimento depende em larga medida de outros parceiros mais sólidos e estáveis, acima de tudo a ADECRU e, em segundo lugar, o Fórum Mulher. O Fórum das Mulheres Rurais faz parte deste conjunto de movimentos sociais rurais “alternativos”, uma vez que as suas lutas se inscrevem em mecanismos estruturais de resistência aos investimentos de matriz capitalista, com uma agenda própria e bem definida, embora ainda com algumas incertezas e dificuldades em delinear estratégias de mudança.

Este Fórum pode ser definido como exemplo de “resistentes estruturais em formação”, com um interesse específico (no caso de género) dentro das lutas levadas avante por parte dos resistentes estruturais globais acima recordados.

⁴ O câmbio atual metical/euro é de cerca de 85/1.

Comunidades de base em Manica face às plantações de eucalipto da Portucel

Entre os vários grupos locais e informais que procuraram resistir aos investimentos no setor agrícola e na silvicultura ao longo dos últimos anos, o movimento social da Província de Manica é talvez o mais significativo, tendo-se oposto à Portucel e às suas plantações de eucaliptos.

Na altura colonial só tinham sido concessionados cerca de 20.000 hectares para plantação de eucaliptos, espalhados para 7 províncias (Manica, Niassa, Zambézia, Tete, Maputo, Gaza e Inhambane); entretanto, entre 2004 e 2009, as concessões para esta plantação abrangeram 1 milhão de hectares, dos quais 73% de território florestal (Hanlon 2011).

A Portucel Moçambique é uma empresa registada em Moçambique e é parte integrante da The Navigator Company (ex Portucel Soporcel), de capitais maioritariamente portuguesas a que em 2009 e 2011 foram concedidos dois DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), dos quais um na Zambézia (173 mil ha), outro em Manica (183 mil ha). O programa total de plantação de eucaliptos pela Portucel é de 356.000 hectares até 2026, por um investimento total de 2,3 mil milhões de dólares, com financiamento do International Finance Corporation, membro do Banco Mundial. Tais concessões, com os relativos investimentos previstos, chamaram a atenção das comunidades locais, uma vez que se tratava de áreas “with significant population and agricultural potential” (Hanlon 2011, 29).

A Portucel – segundo alguns autores (Machoco, Cabanelas & Overbeek 2016) - protagonizou uma série de evidentes violações dos direitos humanos para adquirir a terra dos camponeses. Por exemplo, o DUAT, consoante fontes locais, confirmadas pela ADECRU, foi obtido antes de se completar a consulta comunitária, obrigatória por lei. Em Gondola, a consulta comunitária nem tinha sido realizada, e esta empresa acabou ocupando as terras do ex-colono que, no entretanto, tinham sido exploradas por parte das comunidades rurais locais.

Para contornar o problema de aquisição de terra, a Portucel procurou áreas já derrubadas e férteis, oferecendo, em troca delas, produtos alimentares ou uma simples chapa de zinco. Ademais, a Portucel negociou diretamente com as famílias (cerca de 1779) a cedência dos respetivos DUAT, o que parece constituir uma anomalia, uma vez que ela obteve tais concessões do governo (Acordos celebrados 2017). Até 2017 a Portucel tinha conseguido desenvolver (segundo fontes internas a esta empresa) apenas 4% das áreas que lhe tinham sido concedidas.

Em Gondola e Sussundenga o trabalho de resistência das comunidades, implementado por grupos locais associados à ADECRU foi tão profundo que os

camponeses declararam de forma aberta de não querer mais a Portucel, que entretanto estava pagando 120 meticais por dia de trabalho. As evidências foram tais que o próprio governo provincial acabou ficando indignado com a Portucel, uma vez que a comunidade local estava profundamente insatisfeita.

Em 2016 a UNAC exigiu a devolução das terras supostamente usurpadas pela Portucel aos camponeses da Manica e da Zambézia (Governo ignora camponeses 2016). Uma vez fortalecido o nível de consciência política das comunidades abrangidas pelo investimento em Manica, a luta subsequente (e ainda inacabada) foi de evitar que o governo concedesse o DUAT definitivo à própria Portucel.

Diante das dificuldades no relacionamento com as comunidades locais, a Portucel resolveu constituir um conselho consultivo - liderado pela ONG Action Aid - “para fomentar o diálogo e a participação das partes interessadas no desenvolvimento do projecto da empresa” (Conselho consultivo 2018, 1), procurando reduzir o conflito social.

Estes últimos acontecimentos demonstram que as lutas de resistência desencadeadas pelas comunidades locais estão tendo eficácia graças ao processo de formação e informação prévio a que elas se submeteram, colaborando com organizações mais estruturadas, tais como ADECRU e UNAC, que ofereceram uma visão política e conhecimentos jurídicos mais sólidos, tornando-se ferramentas essenciais para travar uma luta que inicialmente parecia ímpar. Tais grupos de base, que já adquiriram uma certa formação e ideologia política, podem ser definidos de “resistentes locais em transição”: “locais” porque o seu âmbito de atuação privilegiado continua o nível comunitário de base, em que exercem uma influência considerável; “em transição” porque, por um lado, ainda não transitaram para um nível ideológico comparável aos resistentes estruturais globais, e por outro porque suas lutas iniciaram a juntar-se com as de outros cantos do país, como o ProSavana, mas sem ainda constituir um “poder popular” difuso, segundo quanto preconizado, por exemplo, pela ADECRU.

Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica de Nampula

Se, até agora, foram apresentados organizações e grupos de base cujas lutas estão inseridas numa frente anti-capitalista ideologicamente definida, existem em Moçambique organizações que não partilham necessariamente esta visão, mas que desenvolveram estratégias de mudança autónomas e originais.

Uma delas é a Comissão de Justiça e Paz das várias Dioceses, um movimento interno à Igreja Católica que visa promover os Direitos políticos, ambientais, sociais, económicos segundo o espírito da Doutrina social da igreja. Em Moçambique, este movimento diocesano faz parte da Comissão Episcopal Nacional da Justiça e Paz que, quando esta pesquisa foi realizada (2018-2019), tinha

como seu presidente Dom Luís Lisboa, naquela época Bispo de Pemba que, em Março de 2021, foi mudado para uma diocese de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no Brasil, devido à frontalidade do seu posicionamento a respeito da guerra que, desde 2017, está assolando a Província nortenha de Cabo Delgado.

As Comissões de Justiça e Paz de todo o país – segundo a Irmã Rita Zaninelli, da Comissão Justiça e Paz de Nampula⁵ - diferem na definição dos seus objetivos e trabalhos, visando responder às situações pontuais do povo, unindo-as como um movimento nacional em defesa da paz e da justiça. Em 2015, a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nampula assinou um documento que testemunhava a sua aliança com os movimentos de protesto contra as novas políticas e modelos de desenvolvimento, mediante a campanha do “Não ao ProSavana”. A Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nampula tem focalizado os seus trabalhos nesta campanha, juntando-se a outras organizações da sociedade civil, acima recordadas. Segundo a entrevistada, o ProSavana traria consequências negativas para o povo local como a usurpação de terras, a fome, a dependência alimentar, ou seja, em vez de construir o desenvolvimento, esta política estava trazendo mais pobreza.

Apesar da prioridade da Comissão diocesana ter sido, durante a campanha “Não ao ProSavana”, a defesa do direito à terra por parte das comunidades locais, ela não quis se manifestar publicamente em volta desta questão. Tal posicionamento deve-se ao fato de a Comissão partilhar as preocupações das outras organizações da frente anticapitalista, mas sem querer aderir a uma tal ideologia de forma explícita. Seu apoio, portanto, coincidiu com a sua estratégia de mudança: uma estratégia mais discreta, centrada na formação jurídica assim como no apoio de tipo logístico, por exemplo disponibilizando locais para reuniões da “frente”, impedindo às autoridades governamentais de ali entrarem. Em Outubro de 2017 a Comissão de Justiça e Paz de Nampula participou na 3ª conferência denominada “Conferência Triangular dos Povos” que aconteceu na cidade de Maputo, contando com duas centenas de pessoas vindas de Brasil, Japão e Moçambique.

Uma organização como a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica de Nampula pode ser definida como “apoiente institucional”: dentro de uma ideologia diferente do anticapitalismo radical, e ancorada à doutrina social da igreja, esta organização adotou uma estratégia de mudança capaz de servir de elástico entre os movimentos mais radicais e as autoridades locais, contribuindo assim para que o ProSavana resultasse num fracasso. A Comissão utilizou meios disponíveis no seio da Igreja Católica, tais como rádios locais assim como

⁵ Entrevistada telefonicamente enquanto ela estava em Nampula, em Agosto de 2018.

internacionais para sensibilizar a opinião pública sobre a injustiça que estava se perpetrando com um programa como o ProSavana, sem, porém, entrar em choque de forma direta com o governo moçambicano.

Oleiros de Tete

Este movimento informal, de base, está completamente fora de qualquer referência ideológica solidificada, sobretudo no sentido anticapitalista. Aliás, é possível afirmar que os oleiros de Tete não tinham ideologia nenhuma, mas sim apenas objetivos imediatos e diretos, que só visavam proteger os restritos interesses deste grupo privilegiado de trabalhadores.

Este movimento social de protesto se concentrou na vila de Moatize, em consequência do reassentamento na localidade de Cateme e no bairro 25 de Setembro levado a cabo pela mineradora brasileira Vale naquele distrito. Segundo a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), este reassentamento “é tido como a mais visível referência de um reassentamento injusto, inquinado de diversas ilegalidades e ofensivo dos direitos fundamentais das comunidades locais”, a partir do grupo dos oleiros, uma parte dos quais (900, ficando de fora mais 450) recebeu uma indemnização de 60.000 meticais (cerca de 1000 dólares). Tal valor nunca foi negociado, nem se sabe qual foi o critério adotado para determiná-lo (OAM, 2016).

Os oleiros, mediante as suas lutas, conseguiram pelo menos uma parte das indemnizações exigidas, ao passo que existem casos que, até hoje, na área de Tete, aguardam para que o reassentamento seja concluído. Se trata, por exemplo, das cerca de 400 famílias de Benga (Distrito de Moatize), que pediram o apoio jurídico à Liga dos Direitos Humanos, cansadas de esperar desde 2012 para ver os seus direitos respeitados (STV, 2018). Vice-versa, os oleiros, desde as primeiras fases do reassentamento, foram muito reativos e entraram em confrontação com a Vale e com as autoridades locais, conseguindo resultados tangíveis, – segundo Andes Chivangue, que estudou o caso⁶ -, graças à uma estratégia de mudança baseada na violência dos protestos.

O grupo era em parte constituído por ex-militares desmobilizados, e concentrou as suas reivindicações em assuntos puramente económicos (indemnizações), deixando de lado questões de cunho mais político e estratégico (Chivangue 2016). Foi esta visão de curto prazo, juntamente com a agressividade das suas manifestações e a composição do grupo, com vários dos seus membros que tinham relações antigas com expoentes das instituições locais e da polícia,

⁶ Entrevistado em Maputo em Agosto de 2018.

que fez com que eles chegassem a certos resultados, diferentemente de outras comunidades em situações semelhantes.

Os oleiros tinham uma atividade muito bem conseguida na área da cerâmica, assim como faziam pequenas atividades agrícolas e hortícolas, o que fazia deles uma elite no seio dos desmobilizados. Consoante a testemunha de Chivangue, dos entrevistados que ele aproximou emergiu um discurso muito forte contra a Vale, como de um novo colonizador. De tal forma, os oleiros, atuando sempre como um grupo coeso e sem procurar se misturar com outras organizações abrangidas pelas medidas de reassentamento (que tinham exigências diferentes), protagonizaram formas até extremas de protesto: por exemplo, bloquearam a linha férrea por duas vezes (a primeira com ferimentos e a intervenção da PRM), exigindo o recálculo das suas indemnizações (Ferrovia é bloqueada 2013). O elemento mais significativo destas lutas é que os oleiros não tiveram ligações significativas com organizações formalizadas da sociedade civil, tal como confirmaram quer Andes Chivangue, enquanto pesquisador, quer Jeremias Vunjanhe, enquanto ativista da ADECRU que teve apenas um contato muito fugaz com eles.

O que também emergiu foi que as mulheres ficaram afastadas dos protestos, servindo apenas como base de apoio “logístico”. As mesmas conclusões são avançadas por duas investigadoras que dedicaram um trabalho a este aspeto específico, destacando que, ao tradicional papel de dominadas e excluídas, as novas intervenções por parte das grandes corporações multinacionais na área da mineração acentuaram tal tendência, juntamente com a desigualdade de género (Osório & Cruz e Silva 2017).

A estratégia de resolver assuntos pontuais, não políticos, o uso da violência e as relações com as autoridades locais constituíram os elementos essenciais para obter o que os oleiros pretendiam, sem que isso tivesse um impacto significativo na expansão do protesto contra a Vale, portanto não chegando de meter em risco um investimento julgado essencial para o governo moçambicano. Tal tipologia de protestos, com suas estratégias a-ideológicas e que não contemplam processos de formação ou informação pode ser definida como “Resistentes imediatistas”, a que podem ser aproximados, por exemplo, todos aqueles movimentos de protesto que – principalmente em âmbito rural - resultam de processos de reassentamento forçado das populações, as quais só procuram negociar com o governo condições econômicas ou logísticas melhores das que tinham sido propostas.

Dinâmicas das interconexões entre os movimentos sociais rurais “alternativos”

Como mostrado ao longo dos exemplos trazidos, os movimentos “alternativos” desenvolvem – salvo raras exceções, também referenciadas – interconexões dinâmicas entre eles, com relacionamentos de lideranças, comunhão de ideais, redes de alianças cada vez mais profundas e extensas. Os gráficos apresentados neste ponto pretendem propor uma primeira interpretação de como tais interconexões ocorrem, se desenvolvem e trazem ou podem trazer elementos de mudanças comparativamente à situação de ameaça vivida pelas comunidades rurais abrangidas por grandes investimentos.



Gráfico 1. As redes dos movimentos sociais alternativos no meio rural e o ciclo da mudança (tipologia 1)

O gráfico 1 ilustra como os movimentos rurais “alternativos” comunguem a reação à “terra disputada” como elemento aglutinador dos seus interesses. No centro desta vasta frente de resistência estão os movimentos mais maduros e avançados, aqui chamados de resistentes estruturais globais. Estes estão, paulatinamente, juntando as “vítimas” da “terra disputada” em volta de uma causa comum, a “reconquista da terra” ou a revisão radical dos programas de uso

da terra. A sua capacidade de formar redes e de atrair aliados vai, porém além do circuito constituído pelas vítimas diretas da “terra disputada”. Os resistentes estruturais globais têm, como seus aliados, em diversas circunstâncias, movimentos de apoio de cunho institucional, que não estão na linha da frente, nem partilham necessariamente a mesma ideologia, mas que decidem apoiar as lutas com ações de vária natureza, inclusivamente com a sua capacidade de influenciar os decisores políticos. O caso da Comissão Justiça e Paz da Igreja Católica de Nampula foi o exemplo aqui considerado.

O gráfico 1 demonstra a centralidade da terra: com efeito, ela se tornou disputada por três sujeitos diferenciados: por um lado, o governo, que formalmente detém este bem; por outro os investidores estrangeiros, que visam “valorizar” a terra, e finalmente as comunidades locais, que usufruem da terra para garantir a sua sobrevivência. A confluência de interesses dos primeiros dois sujeitos faz com que ecloda um conflito com as comunidades locais, as quais desenvolvem níveis diferenciados de consciência da luta. Entretanto, só os resistentes estruturais globais é que conseguem aglutinar as reivindicações dos demais grupos rurais em luta, completando um ciclo virtuoso que introduz uma mudança significativa, tal como foi no caso do ProSavana.

Nesta complexa imbricação com movimentos “alternativos” não ideologicamente homogêneos como os apoiantes institucionais, este ciclo da mudança protagonizado pelos resistentes estruturais globais poderá perder aliados ocasionais, assim como encontrar outros, segundo uma dinâmica variável, mas que tem como seu fulcro a agenda de transformação estrutural das relações socio-econômicas do meio rural de Moçambique.

Vice-versa, as formas mais pontuais de luta no contexto rural, tais como as dos oleiros de Tete, desaguam em movimentos “imediatistas” tendencialmente autónomos das outras organizações, cujo ciclo da mudança é completamente diferente em relação ao modelo anterior (ver gráfico 2). Ao obter o resultado esperado, o movimento para, sem evoluir para formas de resistência mais maduras, não provocando nenhum alastramento dos seus protestos, a não ser – por via indireta – possíveis tentativas de emulação em reação à sua estratégia principal de mudança, o uso da violência.

No caso do gráfico 2, o assunto central já não é a terra, sua posse e sua utilização, mas sim o tipo de compensação a ser concordado com as instituições e com o sujeito empreendedor. Graças ao uso da violência e a uma boa organização interna, os grupos imediatistas autónomos extremistas conseguem fechar um ciclo de mudança parcial, que satisfaz as suas necessidades da luta, conseguindo um reassentamento julgado como sendo mais aceitável, mas sem incidir nos mecanismos estruturais das relações de poder em volta da questão da terra.

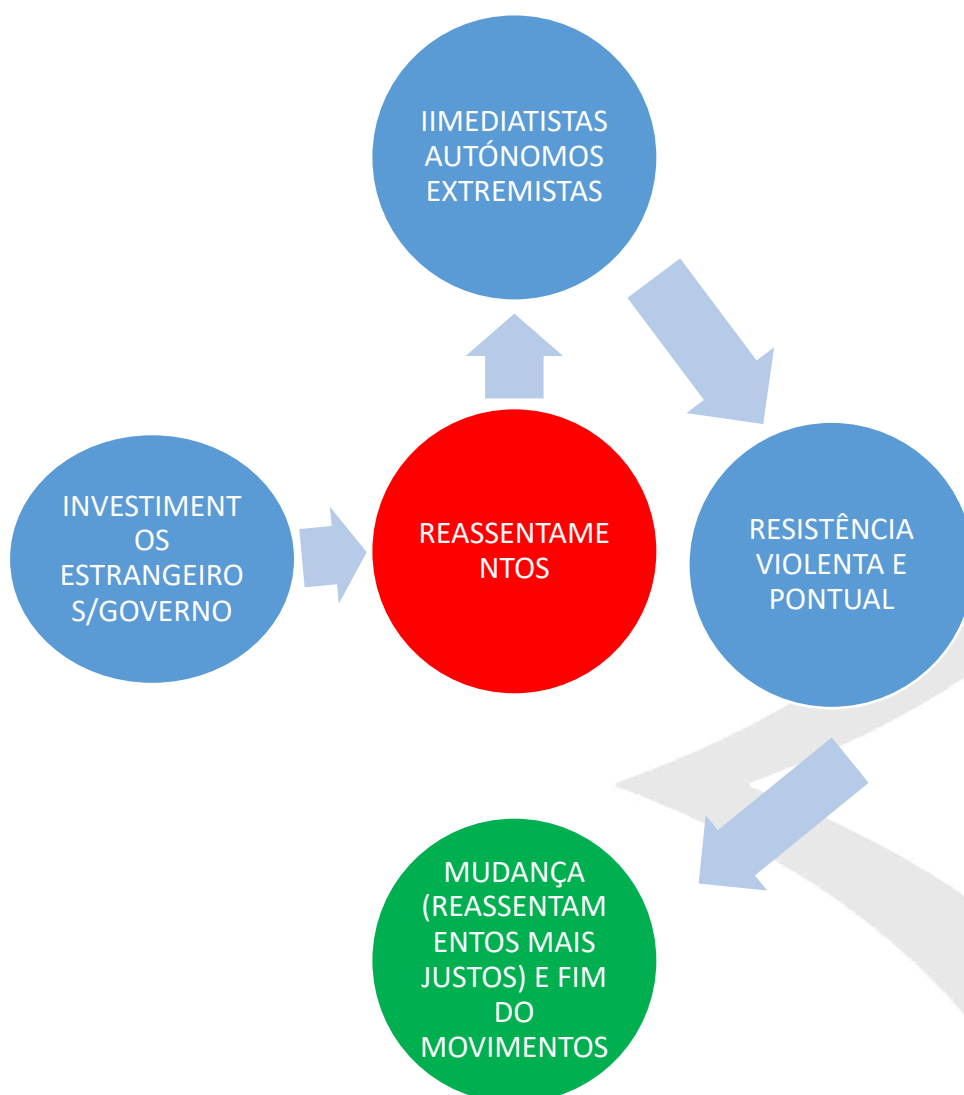


Gráfico 2. As redes dos movimentos sociais alternativos no meio rural e o ciclo da mudança (tipologia 2)

Conclusões

O quadro interpretativo fornecido permite avançar algumas conclusões provisórias. Os movimentos sociais rurais estão-se aglutinando em volta de uma causa comum, o direito à terra por parte das comunidades locais e contra os investimentos estrangeiros suportados pelo governo. Formas de liderança claramente identificáveis já se formaram no âmbito dessas lutas, pelo que a disputa

sobre a terra está conseguindo resultados consideráveis, como mostrado ao longo do trabalho.

Em segundo lugar, existem organizações que, mediante um trabalho de base junto às comunidades, estão procurando dar um sentido mais maduro, que aqui foi definido de “estrutural”, a lutas locais espalhadas pelo país, destacando os aspetos comuns delas, nomeadamente a resistência a investimentos julgados como sendo de pura exploração da mão-de-obra camponesa e a uma postura pouco clara das instituições. No seio de tais formas de resistência alargada, a componente das ligações internacionais está-se tornando cada vez mais relevante. Trocas de experiências, um trabalho ideológico mais profundo, a contínua aquisição da consciência de que os processos de exploração são globais e não apenas locais, tudo isto representa o marco mais inovador que as lutas dos últimos dez anos em Moçambique estão trazendo à tona.

Finalmente, os resultados conseguidos são ainda incipientes, mas ao mesmo tempo consideráveis: os exemplos do sucesso – nacional e internacional – do “Não ao ProSavana”, a capacidade que comunidades e associações tiveram em travar e limitar investimentos no âmbito da silvicultura, como o da Portucel, sensibilizando as instituições locais, anteriormente surdas a qualquer forma de crítica dos megaprojetos no meio rural, são apenas alguns dos casos em que a resistência contra a usurpação da terra tem alcançado metas significativas, embora ainda parciais. Perspectiva completamente diferente é adotada por movimentos mais pontuais e de curto prazo, imediatistas e por isso – apesar da violência dos métodos de luta – desligados de perspectivas conscientemente resistentes e anticapitalistas, em que o uso da violência parece um meio eficaz para chegar ao resultado esperado.

Bibliografia

- Acordos celebrados entre a Portucel e as comunidades locais denotam usurpação de terras*, 02/08/2017. <https://justicaambiental.wordpress.com/category/usurpacao-de-terra/page/2/>.
- Bambo, Virgílio. 2011. *Gaza – Bio combustíveis: Retomado projecto de produção de cana sacarina em Massingir*. Notícias, 27/11/2011.
- Bratton, Michael. 1994. *Civil Society and Political Transition in Africa*. IDR Reports, V. 11, N. 6. In: <https://www.issuelab.org/resources/19673/19673.pdf>.
- Brito, Luís de et al. 2015. *Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique*. Maputo: IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf.

- Bussotti, Luca. 2010. *Entre riqueza e revoltas. Reflexões sobre a situação política e social de Moçambique*. Pambazuka. Disponível em:
<https://www.pambazuka.org/pt/governance/entre-riqueza-e-revoltas-reflex%C3%B5es-sobre-situa%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-e-social-de-mo%C3%A7ambique>.
- Bussotti, Luca & Mutzenberg, Remo. 2016. “Movimentos sociais, Estado e sociedade civil em África: Considerações introdutórias”. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 31: 7-14.
- Catsossa, Lucas Anastácio. 2017. “O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações”. *Revista Nera*, A.20, n. 38: 151-178.
- Chivangue, Andes. 2016. *Política de responsabilidade social empresarial protestos populares e desenvolvimento em Moçambique*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa – ISEG.
- Chomsky, Noam (1999). *Profit Over People: NeoLiberalism and Global World Order*. London: Seven Stories Press.
- Collom, Ed. 2007. *Alternative Movements*. In: *Encyclopedia*, Univesity of Maine. Disponível em:
<http://people.usm.maine.edu/collom/EASJAlternativeMovements.pdf>.
- Conselho consultivo reúne sociedade civil*. Portucel Moçambique. The Newsletter, Junho 2018.
- Della Porta, Donatella (Ed.). 2009. *Democracy in Social Movements*. New York: Palgrave.
- Devarajan, Shantayanan, Khemani, Stuti & Walton, Michael. 2011. *Civil Society, Public Action and Accountability in Africa*. HKS Faculty Research Working Paper Series RWP11-036, John F. Kennedy School of Government, Harvard University. https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/5131503/rwp11-0036_walton_alia.pdf?sequence=1.
- Ferrovia é bloqueada em Moçambique em protesto contra mineradora brasileira Vale*, 13/05/2013. <https://africa21digital.com/2013/05/13/ferrovia-e-bloqueada-em-mocambique-em-protesto-contra-mineradora-brasileira-vale/>.
- Hanlon, Joseph. 2011. *Understanding Land Investment deals in Africa. Country Report: Mozambique*. Oakland: The Oakland Institute.
- Hernández, Héctor Guerra. 2014. *Primeira aproximação às revoltas populares em Maputo de 2008 e 2010*. *Horizontes Antropológicos*, a. 20, n. 41: 201-232.
- Homerin, Janaina. 2005. *As organizações da sociedade civil em Moçambique: actores em movimento*. Maputo: Embaixada de França-SCAC.
- Justiça Ambiental. 2013. *Portucel – mais um caso de conflitos de terra*. A Verdade, 05/12/2013. <http://www.verdade.co.mz/ambiente/42243-portucel-mais-um-caso-de-conflitos-de-terra>.

- Machoco, René, Cabanelas, Vanessa & Overbeek, Winfridus. 2016. *O processo de acesso à terra e os direitos das comunidades locais*. Maputo: Justiça Ambiental.
- Mamdani, Mahmood & Wamba-Dia-Wamba, Ernst. 1995. *African studies in social movements and democracy*. Dakar: Codesria.
- Masquelier, Charles. 2013. "Critical Theory and Contemporary Social Movements: Conceptualizing resistance in the neoliberal age". *European Journal of Social Theory*, Vol. 16, No. 4: 395-412.
- Mutzenberg, Remo. 2015. "Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África". *Sociedade e Estado*, Vol. 30, No. 2: 415-447.
- OAM (2016). *Uma chamada para a materialização do direito à justiça e à segurança alimentar no reassentamento das comunidades afectadas pela exploração do carvão mineral em Tete*. Disponível em: <http://www.oam.org.mz/wp-content/uploads/2016/07/REASSENTAMENTO.pdf>.
- Osório, Conceição & Cruz e Silva, Teresa. 2017. *Corporações económicas e expropriação. Raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no Distrito de Moatize*. Maputo: WLSA.
- Pereira, Margarita Angélica & Ramallete, Filipa. 2017. "Planeamento e conflitos territoriais: Uma leitura na ótica do da (in)justiça espacial". *Finisterra*, LII, No. 104: 7-24. DOI: 10.18055/Finis6972.
- Serra, Carlos. 2011. *Manifestação para além do custo do pão. Entrevista de Celso Ricardo a Carlos Serra*. O País, 17/07/2011. <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/manifestacoes-para-alem-do-custo-do-pao-entrevista-ao-historiador-mocambicano-carlos-ser>.
- STV. 2018. *Jornal informativo*, 27/05/2018. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/05/stv-jornal-da-noite-27052018video.html.
- UNESCO – Africa Department. 2009. *Civil Society in Africa*. Paris: UNESCO. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183279m.pdf>.
- USA – Department of Agriculture. 2008. *Rising Food Prices Intensify Food Insecurity in Developing Countries*. Washington: USA.
- USAID. 2016. *The 2016 CSO Sustainability Index For Sub-Saharan Africa*. USAID. https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/2016_Africa_CSOSI_-_508.pdf.
- Wise, Timothy. 2015. *A grande concessão de terras em Moçambique*. <https://livrozilla.com/doc/1183764/a-grande-concess%C3%A3o-de-terras-em-mo%C3%A7ambique>.

Luca Bussotti é Professor Associado na Universidade Técnica de Moçambique e Professor Associado Visitante na Universidade Federal de Pernambuco. Suas publicações se focam principalmente nos países africanos lusófonos, com ênfase na análise política e nos movimentos sociais. Na Itália colabora com a revista “Nigrizia”, tendo publicado em outros think-tank internacionais, tais como “The Conversation” e “Australian Outlook”.

Contato: labronicus@gmail.com

Recebido: 31/03/2021

Aceito: 30/03/2022